

**NF-e – NOTA FISCAL ELETRÔNICA: percepção dos contribuintes
enquadrados na atividade de comércio atacadista de produtos alimentícios em
geral, estabelecidos no município de Florianópolis.**

Resumo

A Nota Fiscal Eletrônica é um subprojeto do governo que visa substituir a maneira como são documentadas as transações comerciais com mercadorias. A pesquisa descritiva desenvolvida neste artigo tem como principal objetivo conhecer e analisar as percepções dos responsáveis pela emissão das Notas Fiscais Eletrônicas, em empresas estabelecidas no município de Florianópolis, e necessariamente enquadradas no ramo de comércio atacadista de produtos alimentícios em geral. Esta pesquisa encontra-se fundamentada em um estudo sistematizado para a seleção do referencial teórico. Para a abordagem e percepção dos fatos, utilizou-se o método da pesquisa qualitativa, utilizando a análise interpretativa para facilitar a avaliação dos dados coletados. Como técnica de coleta de dados utilizou-se um questionário, objetivando avaliar a opinião desses contribuintes que são obrigados à emissão de notas fiscais de maneira eletrônica. Os resultados alcançados por esta pesquisa indicam que a implantação da NF-e pelas empresas cuja atividade seja comércio atacadista de produtos alimentícios em geral, proporcionou reais benefícios para esses estabelecimentos, além de revelar um apanhado de perspectivas positivas para o futuro.

Palavras-Chave: Nota Fiscal Eletrônica. SPED. Percepção do usuário.

1 INTRODUÇÃO

A tecnologia de informação está cada vez mais presente no dia-a-dia das empresas do Brasil. E um dos subprojetos do governo neste sentido diz respeito ao compartilhamento de notas fiscais de maneira eletrônica. Este subprojeto que é denominado de Nota Fiscal Eletrônica – (NF-e) está inserido no projeto do Sistema Público de Escrituração Digital – (SPED), que vem sendo implantado oficialmente desde 2008.

A Nota Fiscal Eletrônica começou a ser utilizada no ano de 2005 por empresas que participaram do projeto piloto em seis (6) estados brasileiros. Entretanto a obrigatoriedade de emissão da NF-e iniciou-se apenas em 1º de abril de 2008, por meio da determinação do Protocolo de ICMS nº10/07, divulgado no sítio eletrônico do Ministério da Fazenda (2010c) e alterações posteriores, especificando uma relação de cinco (5) atividades cujos contribuintes que se enquadrassem nelas seriam obrigados a adotar a NF-e. A partir de abril de 2008 novos grupos de atividades econômicas vêm sendo incluídos periodicamente pela Receita.

Conforme Duarte (2010), em dezembro de 2008 mais nove (9) setores econômicos foram incluídos na obrigatoriedade. No ano de 2009, setenta e nove (79) setores econômicos também entraram na obrigatoriedade de emissão de NF-e. E no ano

de 2010 previu-se que para Abril, Julho, Outubro e Dezembro seriam incluídos todo o setor industrial e o de comércio atacadista.

No entanto, existem empresas que utilizam a NF-e de forma voluntária.

Desta forma a implantação deste subprojeto vem sendo uma prática bastante utilizada pelas empresas no país. Conforme última atualização publicada no Portal Nacional da NF-e e divulgado no sítio eletrônico do Ministério da Fazenda (2010a), em outubro de 2010, o Brasil já possuía até o momento mais de 353 mil emissores de NF-e, distribuídos em diversos setores econômicos. Segundo dados divulgados por Duarte (2010), no estado de Santa Catarina a expectativa da consolidação da NF-e é grande, pois foram contabilizadas mais de 63 mil empresas credenciadas no Estado e que até o mês de outubro de 2010 já foram emitidas mais de 86 milhões de NF-e.

Tendo em vista o exposto sobre a Nota Fiscal Eletrônica, surge a questão-problema que norteia o estudo: Qual a percepção das empresas usuárias pertencentes à atividade de comércio atacadista de produtos alimentícios em geral, estabelecidas no município de Florianópolis, em relação aos impactos da utilização da NF-e?

Com o intuito de responder a pergunta de pesquisa, busca-se como objetivo geral: investigar a percepção das empresas usuárias da NF-e, pertencentes à atividade de comércio atacadista de produtos alimentícios em geral, estabelecidas no município de Florianópolis, acerca dos aspectos positivos e negativos observados a partir da utilização da NF-e. E para atender ao objetivo proposto, constituem-se os seguintes objetivos específicos: (i) examinar as características das empresas emissoras de NF-e do ramo de comércio atacadista de produtos alimentícios em geral; (ii) verificar a opinião dos usuários sobre a principal dificuldade encontrada para iniciar o processo de utilização da NF-e; (iii) investigar o primeiro impacto observado a partir da implantação do subprojeto da NF-e nas empresas do ramo atacadista de alimentos; e (iv) confrontar as informações contidas no Portal Nacional da NF-e com a real percepção dos usuários sobre a utilização da NF-e.

Nesse contexto, a justificativa encontrada para a realização desta pesquisa pode ser argumentada sob três critérios: importância, viabilidade e originalidade.

A importância do estudo pode ser confirmada em termos científicos, pois se trata de um tema novo para a área contábil, e por isso, têm-se pesquisado pouco sobre o assunto, motivo pelo qual esta pesquisa busca trazer mais subsídios para ajudar a elucidar tal tema.

O presente estudo é viável, pois não foi preciso auxílio financeiro para a realização da pesquisa, tendo em vista que as informações foram obtidas por meio da aplicação de um questionário enviado as empresas por meio eletrônicos (e-mail) e o modo utilizado para a captura de tais empresas foi feito através dos sistemas informatizados da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina – SEFAZ-SC.

No que diz respeito a originalidade, esta pesquisa se justifica por haver na literatura poucos trabalhos que abordem a utilização da NF-e, pois foi realizado um estudo sistematizado para a seleção do referencial teórico, com o intuito de fazer uma verificação de estudos similares. Com a sistematização do referido estudo foram verificados sete (7) artigos, sendo cinco (5) publicados em anais de congressos e dois (2) em revistas de contabilidade.

No quadro 1 serão apresentados os resultados encontrados no estudo sistematizado, e após análise verificou-se que os sete (7) artigos diferem do presente estudo.

Referências	Objetivo	Foco do Estudo
Walter (2007)	Abordar, de modo simplificado, as principais características e benefícios propostos pelo SPED e pela NF-e, representando uma solução tecnológica no meio contábil em que as administrações tributárias não serão as únicas beneficiadas.	O estudo apresenta a importância do SPED e da NF-e, visto que a utilização desses instrumentos agiliza o acesso à informação, diminuindo muito os processos burocráticos envolvidos nas obrigações fiscais e comerciais..
Faria (2010)	Verificar a percepção dos contribuintes em relação aos impactos da adoção do SPED, nos processos operacionais e redução de custos das empresas que já estiveram envolvidas em, pelo menos, um dos grandes subprojetos do SPED no Estado de São Paulo e quais as expectativas e percepções desses contribuintes diante do novo sistema.	O foco do estudo é verificar a percepção dos contribuintes em relação os impactos da adoção do SPED e depois de analisado isto fazer uma comparação dos resultados obtidos com um estudo semelhante do Chile.
Martins, Luciano e Testa (2008)	O objetivo do trabalho é propor um framework para a adoção da Nota Fiscal eletrônica, que abranja os mecanismos componentes e intervenientes dessa adoção.	Abranger os mecanismos componentes e intervenientes da adoção da NF-e, visando subsidiar uma adoção mais rápida, e com menos re-trabalho.
Juvenal e Campagnac (2007)	O objetivo deste estudo é descrever e analisar quais são os riscos de proceder a uma venda na Internet que pode impactar as questões fiscais interligadas nesta operação.	Permitir o desenvolvimento das seguintes abordagens: . Identificar as interfaces necessárias entre os sistemas de comércio eletrônico e os demais sistemas existentes; . Atendimento aos requisitos de documentação fiscal.
Maia e Oliveira (2008)	Analisar as divergências entre a NF-e emitida pelas empresas do Projeto Piloto e as exigida pela Prefeitura do Município de São Paulo.	Apresentar o projeto da NF-e em suas duas formas existentes: a Nota Fiscal desenvolvida para ser usada em âmbito nacional, no denominado Projeto Piloto, e a Nota Fiscal emitida na cidade de São Paulo, que segue os padrões da iniciativa federal com algumas diferenças.
Costa (2008)	A pesquisa tem por objetivo geral verificar as percepções dos contribuintes acerca dos benefícios apontados pelo projeto da Nota Fiscal Eletrônica implantada pelo Governo do Estado de Rondônia.	Conhecer os conceitos de Nota Fiscal Eletrônica através da exploração do referencial teórico. E examinar o processo de implantação da Nota Fiscal Eletrônica no Estado de Rondônia.
Castro (2008)	O objetivo deste estudo é descrever e analisar a implantação do projeto SPED.	Conhecer os conceitos de SPED através da exploração do referencial teórico.

Quadro 1: Similariedade e divergências da literatura em relação ao presente estudo

Fonte: Dados da Pesquisa

Após a análise dos estudos similares constatou-se que quatro (4) dos sete (7) artigos apresentam estudos sobre a implantação da NF-e; três (3) dos sete (7) artigos apresentam estudos sobre a implantação do projeto SPED, que é o projeto que desenvolve a NF-e; e um (1) dos sete (7) artigos comenta sobre o SPED e a NF-e, porém dando mais ênfase nos sistemas eletrônicos.

De acordo com as informações apresentadas no Quadro 1, reitera-se a originalidade desta pesquisa uma vez que busca investigar a percepção dos contribuintes atacadistas de produtos alimentícios em geral em relação os impactos da adoção da NF-e, o que não foi contemplado em nenhum dos estudos similares.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta sessão serão abordados alguns temas e conceitos relevantes para o desenvolvimento e melhor compreensão deste estudo. Ficando divididos em: Conceito da NF-e, Objetivo da NF-e, Vantagens, Desvantagens e Obrigatoriedade.

2.1 CONCEITO DA NF-e

A nota fiscal eletrônica é um novo modelo de documento fiscal, que por consequência dos avanços tecnológicos permite que uma operação de circulação de mercadorias seja emitida e armazenada eletronicamente.

Segundo Young (2009, p. 23), a NF-e pode ser conceituada como “um documento de existência apenas digital, com o intuito de documentar, para fins fiscais, uma operação de circulação de mercadoria ou uma prestação de serviço, ocorrida entre as partes”.

Este novo modelo de nota fiscal cujo próprio nome insinua, existirá somente em meio eletrônico. Logo, as empresas obrigadas e aquelas que porventura optarem por utilizá-la voluntariamente, terão que substituir as notas fiscais modelo 1 e modelo 1-A em papel pela NF-e, denominada como modelo 55.

O Ajuste SINIEF nº 07/05 que instituiu a validade jurídica da NF-e, em seu Parágrafo Único da Cláusula Primeira, determina o conceito legal da NF-e como sendo:

Um documento emitido e armazenado eletronicamente, de existência apenas digital, com o intuito de documentar operações e prestações, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e autorização de uso pela administração tributária da unidade federada do contribuinte, antes da ocorrência do fato gerador. (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2010a).

Salienta-se que a NF-e representa uma imposição da legislação antes de ser uma aplicação das inovações tecnológicas existentes, pois as empresas que têm sua atividade obrigada à utilização da NF-e terão que adotá-la no prazo.

2.2 OBJETIVO DA NF-e

O objetivo da NF-e em um primeiro momento visa substituir gradativamente as notas fiscais modelo 1 e modelo 1-A, que atualmente são utilizadas para emissão de notas fiscais via processamento de dados e de forma manuscrita. Porém o objetivo principal do projeto da NF-e encontra-se descrito no sítio eletrônico do Ministério da Fazenda (2010a):

O Projeto NF-e tem como objetivo a implantação de um modelo nacional de documento fiscal eletrônico que venha substituir a sistemática atual de emissão do documento fiscal em papel, com validade jurídica garantida pela assinatura digital do remetente, simplificando as obrigações acessórias dos contribuintes.

A implantação do projeto da NF-e representou um enorme avanço para facilitar a vida do contribuinte e o controle do fisco sobre as operações e prestações tributadas pelo Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e pelo Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

2.3 VANTAGENS

Conforme a apresentação do projeto pelo Portal Nacional da NF-e, por meio do sítio eletrônico do Ministério da Fazenda (2010a), ficou evidente que a adesão deste documento promete trazer benefícios para todos os integrantes do processo, que são os contribuintes emitentes, os contribuintes receptores, os administradores tributários e a sociedade em geral.

Como o objetivo desta pesquisa visa analisar apenas a percepção de quem emite a NF-e, este tópico se limita em apresentar as vantagens atribuídas a esses integrantes do processo.

Conforme publicado no Portal Nacional da NF-e e divulgado no sítio eletrônico do Ministério da Fazenda (2010b), o contribuinte emitente observará o impacto positivo sobre a implantação da NF-e através da redução dos custos de: impressão; aquisição de papel; envio do documento fiscal; armazenagem de documentos fiscais; pela simplificação de obrigações acessórias, como dispensa de AIDF – Autorização de Impressão de Documentos Fiscais; redução de tempo de parada de caminhões em Postos Fiscais de Fronteira; incentivo ao uso de relacionamentos eletrônicos com clientes (B2B); entre outros.

Outra vantagem da NF-e observado por Maia e Oliveira (2008), refere-se à possibilidade de cruzamento de informações pelas administrações tributárias de forma eletrônica, o que significa dizer que é feito de maneira mais rápida.

Segundo Castro (2008), os contribuintes terão um mercado mais justo e igualitário, uma vez que reduzirá as possibilidades de sonegação fiscal, proporcionando uma concorrência mais leal entre as empresas.

2.4 DESVANTAGENS

O contribuinte emissor da NF-e ainda possui dúvidas sobre o que vem sendo publicado por órgãos organizadores do subprojeto da NF-e, a respeito da segurança e da não violação de informações contidas nas notas fiscais eletrônicas.

Segundo Santos (2007 apud MAIA e OLIVEIRA, 2008, p. 5):

A NF-e apresenta vários problemas, riscos e desvantagens que dificultam ou inviabilizam sua implantação total. O primeiro desses problemas é a possibilidade da terceirização dos serviços de TI pelo Estado, que estaria, portanto, confiando as informações fiscais dos contribuintes às empresas de TI.

Outra dificuldade apontada pelas empresas, diz respeito à implantação efetiva do projeto, pois é necessário fazer mudanças no processo interno como também na sua cultura organizacional.

Conforme Bustos (2007 apud MARTINS, LUCIANO e TESTA, 2008, p. 4) “a transição do esquema de Nota Fiscal manual para eletrônica implica em uma estratégia que envolve diversas áreas da empresa: legal, fiscal, tecnológica, segurança, processos, recursos humanos, clientes e fornecedores”.

Segundo mencionado no Portal Nacional da NF-e e divulgado no sítio eletrônico do Ministério da Fazenda (2010b), existem situações que podem acontecer a partir da implantação do sistema da NF-e em empresas menos estruturadas, como por exemplo: custo financeiro inicial, custo com a integração de sistemas, mudanças na estrutura da empresa que envolva tecnologia, o gasto com a preparação de profissionais capacitados, entre outros.

O simples fato da NF-e ser um documento digital provoca certo grau de desconfiança para a maioria das pessoas, pois o procedimento tradicional era ter fisicamente a nota fiscal em mãos e não um documento em forma eletrônica, mostrando que falta ainda maiores conhecimentos na área de tecnologia da informação.

2.5 OBRIGATORIEDADE DA NF-e

A adoção da NF-e não é obrigatória para todo tipo de atividade. Em regra, o faturamento da empresa não é requisito para enquadramento da obrigatoriedade de utilização da NF-e, pois quem decide quais atividades serão enquadradas na obrigatoriedade de emissão da NF-e são os Estados e o Distrito Federal por meio de protocolos de ICMS.

A determinação do protocolo do ICMS nº10/07 e suas alterações posteriores 68/08, 87/08 e 42/09, determinaram o escalonamento das datas de início da obrigatoriedade da NF-e e especificaram quais atividades passaram a emitir suas notas fiscais de forma eletrônica.

O Protocolo nº 42/09 ampliou a obrigatoriedade de utilização da NF-e, ficando incluídos a tal obrigação todos os contribuintes que desenvolvam atividade industrial, atividade de comércio atacadista ou de distribuição, aqueles que realizam a saída de mercadorias com destino a outra unidade da Federação e àqueles que fornecem mercadorias para a Administração Pública. Este protocolo estabelece a obrigatoriedade da utilização da NF-e pelo critério do Código Nacional da Atividade Econômica – CNAE.

O CNAE 4639701 descrito como atividade de “Comércio Atacadista de Produtos Alimentícios em Geral”, determinado como objeto de estudo desta pesquisa, encontra-se junto à relação de CNAE que teve o início da obrigatoriedade da NF-e em 1º de abril de 2010.

Esta pesquisa limita-se apenas às empresas contribuintes do ICMS com estabelecimento no município de Florianópolis e que estejam enquadradas no CNAE 4639701, sendo importante destacar que no Estado de Santa Catarina, a obrigatoriedade da NF-e é regulada pelo artigo 23 do Anexo 11 do Regulamento do ICMS do Estado de Santa Catarina, aprovado pelo Decreto nº 2.870/2001.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta sessão consiste em descrever como foi elaborado o enquadramento metodológico da pesquisa e o modo como foi constituída a população e a amostra. Apresentando quais os procedimentos e a abordagem a serem utilizadas, bem como demonstrar como foram coletadas as informações.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Com o intuito de atingir os objetivos propostos desta pesquisa, desenvolveu-se um estudo de natureza descritiva, de modo a apresentar a percepção das empresas usuárias da Nota Fiscal Eletrônica, descrevendo acerca dos aspectos positivos e negativos. Segundo Andrade (2010) a pesquisa descritiva é aquela em que os fatos são observados, registrados e analisados de forma que o pesquisador não interfira nas informações geradas. Em relação aos procedimentos de busca, considerou-se este estudo como uma pesquisa de campo, que de acordo com Martins (2002, p.36) “corresponde à coleta direta de informações no local em que acontecem os fenômenos”.

Esta pesquisa é desenvolvida como sendo um estudo prático, na forma de *survey*, que conforme mencionado por Tripodi, Fellin e Meyer (1981, p. 39) este tipo de estudo “procura descrever com exatidão algumas características de populações designadas”.

Para que esta pesquisa fosse realizada, foram coletados dados primários, através do envio de questionário aos componentes da amostra.

Em relação à abordagem do problema, a pesquisa caracterizou-se como qualitativa, pois tem como foco principal descrever as expectativas e percepções dos contribuintes da amostra diante desse novo modelo de nota fiscal. Segundo Beuren (2004), esta abordagem é capaz de conceber análises mais completas em relação ao fenômeno pesquisado.

Esta pesquisa tem como fundamento para a revisão da literatura os sete (7) artigos encontrados em publicações de congressos, revistas e órgãos de classe vinculados à área da Contabilidade, sendo estes: 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade, Congresso Nacional do CONPEDI, Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro, Revista Eletrônica de Contabilidade UFSM, e XXXII Encontro da ANPAD.

Foram utilizadas também como auxílio para a elaboração do referencial teórico desta pesquisa, as publicações de sites de órgãos públicos, mídias virtuais de leis, protocolos e convênios, pois se verificou que o tema desta pesquisa é recente e com pouca publicação em livros e periódicos. A confirmação dessa escassez de publicações sobre o tema dá-se por meio de um estudo sistematizado realizado nos treze periódicos

vinculados aos programas de pós-graduação *stricto sensu* da área de contabilidade, onde não foi encontrado sequer uma publicação sobre a NF-e.

A pesquisa dos artigos relacionados ao tema desta pesquisa foi realizada no site dos referidos congressos, revistas e órgãos de classe, pesquisando nos campos de localização as seguintes palavras-chave: Nota Fiscal Eletrônica, Sistema Público de Escrituração Digital, Governança Eletrônica, Escrituração Digital.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população alvo foi constituída pelas empresas sediadas no município de Florianópolis cuja atividade econômica seja o comércio atacadista de produtos alimentícios em geral, que por determinação do protocolo de ICMS 42/2009 são obrigadas à utilização da NF-e.

A amostra é composta pelas empresas que utilizam a NF-e, visto que algumas delas não a utilizam por estarem dispensadas ou por pedirem prorrogação da data de início da obrigatoriedade.

Na atividade econômica selecionada, obteve-se uma população de dezoito (18) empresas credenciadas, no entanto, apenas doze (12) utilizam a NF-e no seu dia-a-dia, sendo que quatro (4) empresas foram excluídas da amostra por estarem dispensadas da utilização da NF-e e as outras duas (2) empresas ainda não estão dispensadas, porém pediram para o governo uma prorrogação para o início da emissão da NF-e. Restaram doze (12) do total de dezoito (18) empresas para constituírem a amostra.

A delimitação desta pesquisa consiste em apenas avaliar um segmento dos contribuintes, pois reflete apenas a opinião dos entrevistados do ramo de comércio atacadista de produtos alimentícios em geral, com relação à utilização da NF-e, não representando a opinião de todos os contribuintes obrigados por Protocolos de ICMS a utilizar a NF-e.

4 RESULTADO DA PESQUISA

Os dados desta pesquisa foram coletados por meio das respostas do questionário que foi enviado aos usuários da NF-e do ramo de comércio atacadista de produtos alimentícios em geral. A aplicação do questionário, constituído por vinte e seis (26) questões, teve o intuito de demonstrar a opinião dos contribuintes acerca da utilização da NF-e em um determinado ramo de atividade.

Para melhor entendimento do tema da pesquisa, buscou-se dividir esta seção em quatro subseções. Na primeira subseção, apresenta-se o perfil dos entrevistados. Em seguida foi examinado o perfil da empresa, para conhecer suas características em relação à utilização da NF-e. Na sequência foi feita uma análise sobre a implantação da NF-e nas empresas, definindo os impactos e as principais dificuldades observadas, tendo uma questão aberta para que o entrevistado pudesse descrever sua opinião. E por fim, verificou-se a real visão do usuário da NF-e após a implantação do subprojeto da NF-e, comparando as respostas com o que está publicado na mídia por sítios eletrônicos oficiais relacionados a NF-e e a opinião do respondente.

4.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Neste item, buscou-se conhecer o perfil dos responsáveis pela emissão da nota fiscal eletrônica dentro da empresa.

Na primeira questão, foi perguntado qual o cargo do responsável por esse tipo de emissão, onde o resultado obtido encontra-se evidenciado na tabela 1:

Tabela 1: Cargo

Diretor	Gerente	Supervisor	Assistente
16,67%	25,00%	16,67%	41,67%

Fonte: Elaborada pelos autores.

Pôde-se perceber que esta função pode ser desenvolvida por muitos cargos dentro da empresa, bastando apenas treinamento especializado.

Na segunda questão, buscou-se investigar a idade dos profissionais envolvidos no processo de emissão da NF-e, e o resultado obtido está demonstrado na tabela 2:

Tabela 2: Idade

Menos de 25 anos	Entre 25 e 35 anos	Entre 36 e 45 anos	Mais de 45 anos
25,00%	50,00%	16,67%	8,33%

Fonte: Elaborada pelos autores.

Verificou-se que a metade dos integrantes da amostra é representada por pessoas mais jovens, ou seja, entre 25-35 anos. Esse resultado pode ser interpretado como sendo uma visão das empresas em busca por mão-de-obra especializada nas tecnologias de informação do momento, sendo uma das imposições em que o subprojeto requer.

A terceira e última questão desta subseção diz respeito ao nível de escolaridade do indivíduo responsável pela emissão da NF-e. A tabela 3 demonstra o resultado:

Tabela 3: Escolaridade

Ensino Médio	Nível técnico	Graduação	Especialista – Comércio Exterior
41,67%	25,00%	25,00%	8,33%

Fonte: Elaborada pelos autores.

Por meio das respostas pôde-se perceber que esta não é uma questão relevante para este tipo de função, pois tanto é possível uma pessoa que tem apenas o ensino médio realizar, como também uma pessoa especialista em comércio exterior. A discrepância entre as porcentagens obtidas na tabela 3 mostra bem esse ponto de vista.

4.2 PERFIL DA EMPRESA

Para que o primeiro objetivo específico fosse atendido, foram feitos questionamentos quanto às características individuais de cada empresa, verificando se existem semelhanças entre elas pelo fato de fazerem parte de um mesmo grupo de natureza econômica obrigado a emitir a NF-e, por meio da determinação do Protocolo do ICMS 42/2009, divulgado no sítio eletrônico do Ministério da Fazenda (2010d).

Por meio da questão 1 desta subseção, pôde-se perceber que há uma maior concentração de empresas deste ramo de atividade enquadradas no regime do Simples Nacional no município de Florianópolis. Destaca-se que não foi identificado empresas do ramo de comércio atacadista de produtos alimentícios em geral, que tenham como regime tributário o Lucro Presumido e o Lucro Arbitrado. Sendo que oito (8) empresas adotam o Simples Nacional e apenas quatro (4) empresas adotam o Lucro Real.

As questões 2 e 3 desta subseção dizem respeito à análise das empresas filiais, pois a forma de emissão da NF-e pode ser feita de maneira centralizada, ou seja, a emissão das notas da matriz e da filial são feitas em um único lugar, ou descentralizada, ou seja, a matriz e a filial emitem as NF-e de forma independente entre si.

Neste estudo pôde-se perceber que quando o número de filiais é pequeno a emissão é feita de forma centralizada e quando o número de filiais é grande a emissão é feita de forma descentralizada, uma vez que de acordo com os dados obtidos, observa-se que setenta e cinco por cento (75%) da amostra não possui filial, e dos vinte e cinco por cento (25%) restantes, apenas uma empresa tem quatro filiais e é considerada de forma descentralizada e outras duas empresas possuem apenas uma filial cada, que são classificadas de forma centralizada.

Por meio da questão 4 observou-se a semelhança entre as empresas a respeito do seu faturamento anual, sendo que esta amostra apresenta setenta e cinco por cento (75%) das empresas com faturamento anual de até R\$ 1 milhão, e os restantes vinte e cinco por cento (25%) são compostos por empresas que têm entre mais de R\$ 1 milhão até R\$ 10 milhões de reais de faturamento. Conforme já foi dito no referencial teórico, o faturamento não é fator determinante para a empresa ser enquadrada a obrigatoriedade de emissão da NF-e.

A questão 5 discute o número de NF-e que são emitidas por mês. Esta questão teve efeito mais evidente para as empresas que emitem grandes quantidades de notas, pois para esses contribuintes obrigados à emissão da NF-e, foi percebido uma sensível redução de custos de aquisição de papel, assim como também de blocos de notas para a emissão de maneira manuscrita. Já para empresas que emitem poucas NF-e essa questão da diminuição dos custos não foi significativa. Compreende-se melhor a situação, visualizando a tabela 4 que apresenta os resultados obtidos para o ramo de atividade pesquisado:

Tabela 4: Número de NF-e emitidas por mês

Menos de 100	de 100 a 300	de 301 a 500	de 501 a 1.000
66,67%	16,67%	8,33%	8,33%

Fonte: Elaborada pelos autores.

Logo, a redução de custo devido ao número de NF-e geradas foi percebida por uma parcela pequena da amostra, ou seja, apenas oito vírgula trinta e três por cento (8,33%) das empresas emite um número maior de notas fiscais eletrônicas por mês.

A obrigatoriedade de emissão da NF-e para a atividade de comércio atacadista de produtos alimentícios em geral, iniciou em 01 de abril de 2010, por meio do Protocolo ICMS 42/09, divulgado no sítio eletrônico do Ministério da Fazenda (2010d).

Tendo em vista que a NF-e já está sendo utilizada desde 2005, a questão 6 buscou identificar se as empresas relacionadas com a atividade de comércio atacadista de produtos alimentícios em geral, iniciaram a adesão da NF-e no prazo estabelecido, e percebeu-se que sessenta e seis por cento (66%) das empresas pesquisadas optaram por iniciar a emissão da NF-e a partir da data obrigatória e que trinta e quatro por cento (34%) optaram por antecipar o processo de emissão, sendo consideradas empresas emissoras de NF-e voluntárias, ou seja, antes da data inicial da obrigatoriedade. Existem duas empresas que fazem parte da população deste estudo por estarem enquadradas nas delimitações da pesquisa, porém elas foram desconsideradas da amostra por ainda não terem iniciado a emissão da NF-e, ou seja, estão em processo de prorrogação do início da utilização da NF-e.

Em relação à questão 7 as respostas foram unânimes quando perguntado como foi que a empresa tomou conhecimento do prazo obrigatório para início de emissão da NF-e, pois todas as empresas responderam que foi por meio do Contador da empresa.

4.3 ANÁLISE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA NF-e NA EMPRESA

Conforme mencionado no referencial teórico, a nota fiscal eletrônica faz parte de um projeto ainda maior chamado SPED, que é formado, além da NF-e por outros subprojetos importantes e que auxiliam as empresas no processo fiscal, contábil, entre outros. Na primeira questão desta subseção, buscou-se averiguar quais outros projetos foram implantados a partir da utilização da NF-e, ou estão em fase de implantação na empresa. E conforme análise das respostas verificou-se que a maioria das empresas não possui outro tipo de subprojeto implantado em sua empresa. E dentro das que possuem outros projetos implantados, pôde-se destacar os seguintes: Software fiscal, Software de gestão (ERP), Segurança da informação e de Planejamento tributário.

Para responder ao segundo objetivo específico – verificar a opinião dos usuários sobre a principal dificuldade encontrada para iniciar o processo de utilização da NF-e – foi elaborada a questão 2 desta subseção, que pergunta sobre as primeiras dificuldades encontradas para a implantação do sistema da NF-e, e em conformidade com o que foi visto no referencial teórico, sobre as desvantagens apontadas sobre a implantação da NF-e, pode-se notar que a maioria das empresas apontou as mudanças na estrutura da empresa como sendo a principal dificuldade encontrada. Este apontamento deve-se ao fato de que o processo de mudança demanda tempo, dinheiro, espaço disponível e principalmente profissional capacitado, mexendo com toda a estrutura da empresa.

O objetivo de elaboração da questão 3 desta subseção, concentrou-se em tentar responder o terceiro objetivo específico, no sentido de verificar a primeira impressão que a implantação da NF-e trouxe para a empresa, verificando se foi um aspecto positivo ou negativo. Após análise dos resultados, verificou-se que aproximadamente quarenta e três por cento (43%) dos usuários perceberam ser um aspecto positivo,

considerando a agilidade na realização das operações como o primeiro impacto observado. Esta é uma informação criteriosa, pois depende do ponto de vista individual de cada respondente do questionário e também das características particulares de cada empresa.

Na questão 4 foi elaborada uma questão aberta com o propósito de deixar o entrevistado livre pra expressar sua opinião, não ficando preso às alternativas disponíveis. Essa questão pôde ser avaliada como uma resposta única de cada usuário, porém verificou-se certo grau de semelhança nas respostas. As opiniões formadas foram alocadas no quadro 2, para demonstrar a percepção do usuário:

Aspectos Positivos	Aspectos Negativos
“Controle, rapidez, simplificação de alguns processos, redução de armazenamento de papel e economia de papel.”	“Nós trabalhamos com pronta entrega, então conseqüentemente temos que nos antecipar com os pedidos no dia anterior. Para nós dificultou um pouco.”
“Agilidade, Segurança, Redução de Custos, Fluidez de informações e maior Controle.”	“O sistema ainda é falho, muitas vezes a transmissão é demorada por falha na plataforma da receita federal.”
“Facilitou a emissão das notas, antes era tudo manual, e fazer 100 notas semanais e a mão ainda, a agilidade.”	“A Complexidade do Software, por exemplo: tem que informar o valor base e as alíquotas para cada item da NF, não calcula automaticamente.”
“Agilidade na emissão das mesmas, pelo fato de ter cadastrado os produtos e clientes no sistema.”	“Dependência da Internet para emissão da nota fiscal eletrônica, já que em muitos locais desse país telefone ainda é novidade, imagina internet.”
“Armazenamento da nota fiscal de maneira digital.”	“A única coisa é quando a Receita Federal está fora do sistema, não conseguimos emitir.”
“Envio das notas de maneira mais rápida.”	“Necessidade de mão-de-obra especializada.”
“Redução de custo de emissão de blocos e formulários.”	“Impossibilidade de gravar algumas informações básicas”
“É mais prático.”	“Dependência da internet para enviar as informações.”

Quadro 2: Aspectos positivos e negativos destacados pelos respondentes

Fonte: Dados da Pesquisa

As respostas para a questão aberta se referiram praticamente aos mesmos aspectos positivos e negativos observados por cada empresa, o que representa certa concordância entre as empresas sobre o processo de utilização da NF-e.

4.4 VISÃO DO USUÁRIO APÓS A IMPLANTAÇÃO DA NF-e NA EMPRESA

A fim de atender ao quarto e último objetivo específico, buscou-se elaborar um conjunto de questões que garantissem a confiabilidade e a validade dos dados coletados da pesquisa, utilizando a frequência para a avaliação dos dados desta subseção, pois as respostas são baseadas no nível de concordância dos entrevistados. As variantes

utilizadas foram as seguintes: Discordo totalmente, Discordo um pouco, Concordo um pouco e Concordo plenamente.

Ao analisar a questão 1 “você considera ter amplo conhecimento com relação ao processo da emissão da NF-e”, observou-se que quase a metade dos emissores da NF-e disse conhecer o processo plenamente, porém também se obteve opiniões contrárias a essa questão. A justificativa para essa discordância provavelmente pode ser entendida com a resposta da questão 2.

Logo, a questão 2 “você considera o processo de emissão da NF-e de fácil entendimento e aplicação pelo usuário”, revelou que os usuários não considerou esse processo de fácil entendimento. Essa informação foi curiosa, visto que o detalhamento do processo pode ser encontrado nos sites oficiais da Nota Fiscal Eletrônica, assim como também pelo suporte dado pelos Estados.

Quando se refere à questão 3 “a utilização da NF-e trouxe resultados positivos para sua empresa”, revelou que sessenta e sete por cento (67%) da população concordou um pouco e que trinta e três por cento (33%) concordou completamente com a questão, ou seja, todos os usuários concordaram que a implantação da NF-e melhorou em algum aspecto a vida da empresa, porém uns concordaram mais e outros menos devido as características individuais de cada empresa.

Ao enfatizar a questão 4 “os processos internos da organização passaram por melhorias após a implantação da NF-e”, obteve-se como resposta que cinquenta por cento (50%) dos entrevistados concordaram completamente com a questão, e outros quarenta e dois por cento (42%) concordaram parcialmente, o que demonstram a semelhança com o que sai na mídia a respeito deste assunto, pois conforme consta no referencial teórico, a implantação da NF-e traz vantagens com conseqüentes mudanças internas para as empresas.

As respostas da questão 5 “você concorda que o processo da NF-e oferece maior confiabilidade para sua empresa, com relação às informações internas da organização”, representaram unanimidade, sendo que nenhum entrevistado discordou com essa informação, revelando que todos os entrevistados têm consciência da garantia que o processo da NF-e pode trazer. Conforme mencionado no referencial teórico, é possível contar com a validade jurídica das informações prestadas.

Ao avaliar a questão 6 “você concorda que o processo da NF-e oferece maior competitividade entre as empresas usuárias”, observou-se que mais de oitenta por cento (80%) dos entrevistados concordaram apenas um pouco com esse questionamento. Isso deveu-se ao fato de que a utilização da NF-e é obrigatória para este tipo de atividade, sendo que fornece as mesmas vantagens para todo o ramo.

A questão 7 “você concorda que a implantação da NF-e na sua empresa resultou em economia de tempo e maior produtividade”, revelou que mais de quarenta por cento (40%) dos entrevistados concordaram parcialmente com essa informação, conforme ficou comprovado nas respostas da questão aberta, onde a agilidade da emissão das notas foi considerado um dos aspectos positivos mais percebido pelas empresas. Porém constatou-se que outra parcela significativa, aproximadamente trinta e quatro por cento (34%) da amostra, discordou apenas um pouco com a assertiva, talvez pelo fato de ainda não ter dado tempo suficiente para tais percepções.

Ao analisar a questão 8 “após a implantação do sistema da NF-e, sua empresa observou relevante redução nos custos de impressão e aquisição de papel”, observou-se que toda a população da amostra foi unânime em apontar que concordam com essa

informação, sendo que sessenta e sete por cento (67%) concordam apenas um pouco e trinta e três por cento (33%) concordam completamente. Essa questão mostrou a redução dos custos, fazendo com que o sistema seja bem visto pelos usuários.

Já na questão 9 “após a implantação do sistema da NF-e, sua empresa observou relevante redução nos custos do envio do documento fiscal”, obtiveram-se opiniões diversas, revelando que a metade dos usuários da NF-e concordam e a outra metade discorda. Observa-se que este ramo de atividade encontra-se apenas 6 meses utilizando a NF-e, talvez por esse motivo ainda não se convenceram dessa redução nos custos.

Para a questão 10 “após a implantação do sistema da NF-e, sua empresa observou relevante redução nos custos de armazenagem de documento fiscal”, a maioria dos entrevistados respondeu que concordam com essa afirmação, embora tenha uma parcela pequena que ainda ache que esta redução de custos com armazenamento de documentos só será percebida no futuro.

Quando perguntado na questão 11 se “a implantação do sistema da NF-e incentiva o comércio eletrônico e ao uso de novas tecnologias”, todos os entrevistados foram unânimes em dizer que concordam com a questão, sendo que setenta e cinco por cento (75%) dos contribuintes responderam concordar completamente, o que demonstra o interesse por parte das empresas por novas tecnologias.

E por fim, ao perguntar na questão 12 se “a implantação do sistema da NF-e diminui a quantidade de procedimentos administrativos”, observou-se amplo reconhecimento sobre isso, sendo que aproximadamente noventa e dois por cento (92%) da amostra concordam que foram beneficiados com a rapidez com que são trocadas as informações e pela simplificação de alguns processos que acabam melhorando a situação da empresa.

5 CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS

A presente pesquisa teve por objetivo investigar a percepção dos contribuintes das empresas usuárias da NF-e, acerca dos aspectos positivos e negativos observados a partir da implantação e utilização da NF-e. A amostra limitou-se apenas em pesquisar as empresas pertencentes à atividade de comércio atacadista de produtos alimentícios em geral, que utilizam a NF-e em seu dia-a-dia.

Foi construído um questionário composto por vinte e cinco (25) questões fechadas e uma aberta, tendo por base o referencial teórico que informa o tema.

Por meio das respostas do questionário, foi possível constatar que:

- Há uma maior concentração de empresas deste ramo de atividade enquadradas no regime do Simples Nacional no município de Florianópolis;
- Observou-se que setenta e cinco por cento (75%) da amostra não possui filial;
- A maioria das empresas pesquisadas optou por iniciar a emissão da NF-e a partir da data obrigatória de emissão para este ramo de atividade;
- A maioria das empresas apontou as mudanças na estrutura da empresa como sendo a principal dificuldade encontrada após a implantação da NF-e;

- O primeiro impacto da implantação da NF-e observado pelos contribuintes revelou ser um aspecto positivo, pois praticamente a maioria das empresas considerou ser a agilidade na realização das operações como a primeira consequência percebida.

Em linhas gerais, as respostas evidenciam praticamente o que vem sendo apontado pelo Governo desde o início do subprojeto. Porém alguns pontos ainda são um pouco conflitantes, devido ao fato de que o ramo de atividade escolhido como foco de estudo só ter iniciado a utilização da NF-e a partir do prazo de início da obrigatoriedade, ou seja, no dia 01 de abril de 2010, sendo ainda recente já que a pesquisa foi realizada em outubro de 2010, não dando tempo suficiente para que os entrevistados percebessem os objetivos mais significativos.

Contudo, algumas empresas já conseguem perceber resultados satisfatórios em termos de redução de custos de impressão e aquisição de papel.

Para tanto, sugere-se como futuros trabalhos: (i) fazer um comparativo entre dois ou mais ramos de atividade sobre as percepções observadas após a implantação da NF-e; e (ii) aplicar o questionário em anos posteriores para verificar as mudanças ocorridas com o passar do tempo sobre o tema em questão.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução a metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 174p.

BEUREN, Ilse Maria; LONGARAY, André Andrade. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade:** teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004. 194p.

CASTRO, Marina Grimaldi de. **SPED - SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL.** In: Anais do XVII Congresso Nacional do Conpedi, Brasília, p.1-24. 2008. Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/brasil/10_86.pdf>. Acesso em: 02/11/2010.

COSTA, Gleimíria Batista da et al. **Governança Eletrônica na Administração Pública:** Estudo de caso sobre Nota Fiscal Eletrônica – NF-e. In: 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade. 2008. Disponível em: <http://www.congressocfc.org.br/hotsite/trabalhos_1/421.pdf>. Acesso em: 25/09/2010.

DUARTE, Roberto Dias (Org.). **SPED e NF-e:** SEF/SC: Mais de 85 milhões de NFe emitidas. Disponível em: <<http://www.robertodiasduarte.com.br/sped-nf-e-sefsc-mais-de-85-milhoes-de-nfe-emitidas/>>. Acesso em: 29/10/2010.

FARIA, Ana Cristina De et al. **SPED – Sistema Público de Escrituração Digital:** Percepção dos contribuintes em relação os impactos da adoção do SPED. In: Anais do 10º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. 2010. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos102010/248.pdf>>. Acesso em: 10/10/2010.

JUVENAL, Denise Silva Ferreira; CAMPAGNAC, Luiz Antonio. **A Evidenciação da Informação Contábil com Relação à Tributação no Comércio Eletrônico:** Um Estudo de Caso. In: Revista Pensar Contábil. 2007. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs2.2.306/index.php/pensarcontabil/article/viewFile/126/127>>. Acesso em: 27/10/2010.

MAIA, Diulie Fernandes; OLIVEIRA, Wolney Resende de. **Nota Fiscal Eletrônica: Projeto Nacional e a iniciativa municipal de São Paulo – Uma Análise Comparativa**. In: 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade. 2008. Disponível em: <http://www.congressocfc.org.br/hotsite/trabalhos_1/526.pdf>. Acesso em 03/09/2010.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, Milca Schneider; LUCIANO, Edimara Mezzomo; TESTA, Mauricio Gregianin. **Proposta de um framework para apoio à adoção da nota fiscal eletrônica**. In: XXXII Encontro da Anpad, Rio de Janeiro, n.32, p.1-16. 2008. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/evento.trabalho=8602>. Acesso em 03/09/2010.

MINISTÉRIO DA FAZENDA.(Brasil). **Ajuste SINIEF 07/05**. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/confaz/confaz/ajustes/2005/AJ_007_05.htm>. Acesso em: 19/10/2010.a

MINISTÉRIO DA FAZENDA. (Brasil). **Portal Nacional da Nota Fiscal Eletrônica**. Disponível em: <<http://www.nfe.fazenda.gov.br>>. Acesso em 16/10/2010. b

MINISTÉRIO DA FAZENDA. (Brasil). **Protocolo de ICMS nº10/07**. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/confaz/confaz/protocolos/ICMS/2007/pt010_07.htm>. Acesso em: 13/11/2010.c

MINISTÉRIO DA FAZENDA. (Brasil). **Protocolo de ICMS nº42/09**. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/confaz/confaz/protocolos/icms/2009/pt042_09.htm>. Acesso em: 13/11/2010.d

SANTA CATARINA. **RICMS - ANEXO 11 - Documentos Fiscais Eletrônicos - NFe. Obrigações Fiscais Acessórias em meio eletrônico**. Disponível em: <http://200.19.215.13/legtrib_internet/Cabecalhos/frame_ricms_01_11_pas.htm>. Acesso em: 02/11/2010.

TRIPODI, T.; FELLIN, P.; MEYER, H.J. **Análise da pesquisa social: diretrizes para o uso de pesquisa em serviço social e ciências sociais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

WALTER, J. P.; RIBEIRO, O. D. J. **SPED e NF-E**. In: Revista eletrônica de contabilidade UFSM. 2007. Disponível em: w3.ufsm.br/revistacontabeis/anterior/artigos/vIVn02/t008.pdf>. Acesso em: 05/11/2010.

YOUNG, Lúcia Helena Briski. **SPED - Sistema Público de Escrituração Contábil: Coleção Prática Contábil**. Curitiba: Júrua, 2009. 288 p.